

Comitê Nacional do
Ministério Público de Combate ao
Trabalho em Condições Análogas
à de Escravo e ao Tráfico de Pessoas

2021

RELATÓRIO ANUAL SOBRE AS ATIVIDADES DO COMITÊ

(Art. 4º da Resolução CNMP nº 197, de 26 de março de 2019)



(Composição: 2021)

PRESIDENTE
Sebastião Vieira Caixeta

VICE-PRESIDENTE
Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior

CONSELHEIRA MEMBRO
Fernanda Marinela de Sousa Santos

MEMBROS
Adriana Scordamaglia Fernandes (MPF)
Alessandra Campos Morato (MPDFT)
Ana Lara Camargo de Castro (MP/MS)
Italvar Felipe de Paiva Medina (MPT)
João Francisco Bezerra de Carvalho (MPF)
Lys Sobral Cardoso (MPT)
Sérgio Henrique Furtado Coelho (CNMP)

SECRETÁRIA
Luísa Nunes de Castro Anabuki (MPT)

1. O RELATÓRIO ANUAL

O presente Relatório atende ao disposto no art. 4º da Resolução CNMP nº 197/2019, que estabelece que os relatórios de atividades do Comitê Nacional do Ministério Público de Combate ao Trabalho em Condições Análogas à de Escravo e ao Tráfico de Pessoas deverão ser apresentados ao Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público anualmente.

Além disso, nesta edição, o relatório marca o encerramento de sua primeira gestão sob a presidência do Conselheiro Sebastião Vieira Caixeta, cujo mandato encerra-se em outubro de 2021

2. O COMITÊ NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE COMBATE AO TRABALHO EM CONDIÇÕES ANÁLOGAS À DE ESCRAVO E AO TRÁFICO DE PESSOAS – CONATETRAP

2.1 Apresentação

O Comitê Nacional do Ministério Público de Combate ao Trabalho em Condições Análogas à de Escravo e ao Tráfico de Pessoas (Conatetrap) foi instituído pela Resolução CNMP nº 197, de 26 de março de 2019, e tem por objetivo elaborar estudos e propor medidas para o aperfeiçoamento da atuação do Ministério Público no enfrentamento à exploração do trabalho em condição análoga à de escravo e ao tráfico de pessoas.

De acordo com a norma, entre outras atribuições, compete ao comitê promover o levantamento de dados estatísticos relativos ao número, à tramitação e a informações relevantes sobre procedimentos administrativos instaurados pelo Ministério Público (MP) que tratem desses temas. Ao Comitê, cabe buscar o intercâmbio e a integração do Ministério Público e a articulação com órgãos do Poder Executivo, do sistema de Justiça e entidades da sociedade civil com atuação nas áreas de suas temáticas.

2.2 Composição

O Conatetrap é órgão colegiado composto por três Conselheiros do CNMP, sendo eles, no período das atividades desse relatório, os conselheiros Sebastião Caixeta (presidente), Silvio Amorim e Fernanda Marinela. Compõem ainda o Comitê, um representante da Presidência do CNMP, dois representantes dos Ministérios Públicos dos Estados, dois representantes do Ministério Público Federal e dois representantes do Ministério Público do Trabalho. A designação dos membros para compor o Conatetrap pode ser encontrada na Portaria CNMP-PRESI nº 99 de 27 de junho de 2019¹.

¹ Composição atual disponível em: < https://www.cnmp.mp.br/portal/images/Portarias_Presidencia_nova_versao/2019/2019.Portaria-CNMP-PRESI.991.pdf>

3. AS ATIVIDADES

3.1 Reuniões Ordinárias: O Conatetrap já se reuniu em cinco oportunidades durante o ano de 2021, para tratar dos temas que lhe são afetos, e para atender às ações do Plano de Trabalho aprovado para 2021 na 1ª Reunião Ordinária do ano. As reuniões aconteceram nas seguintes datas: 1ª reunião ordinária em 8 de



fevereiro; 2ª reunião ordinária em 14 de abril; 3ª reunião ordinária em 9 de junho; 4ª reunião ordinária em 25 de agosto; e 5ª reunião ordinária em 20 de outubro. Com exceção das 4ª e 5ª reuniões ordinárias, realizadas na sede do CNMP, as demais aconteceram de forma virtual, com o uso da ferramenta *MicroSoft Teams*, atendendo às medidas sanitárias do período;

3.2 Campanha de combate ao trabalho em condições análogas às de escravo. O Conatetrap lançou em 28 de janeiro de 2021, Dia Nacional de Combate ao Trabalho Escravo, uma campanha, composta por *posts* em rede sociais, com o objetivo de ajudar qualquer cidadão a reconhecer e denunciar o trabalho análogo ao de escravo.



3.3 Definição do Plano de Trabalho para 2021. O Conatetrap definiu na 1ª reunião ordinária de 2021, no dia 8 de fevereiro, o [Plano de Trabalho para 2021](#). A nova proposta contempla atividades permanentes e outras que foram previstas para serem executadas neste ano.

3.4 Proposta para alterar a resolução que instituiu o

Conatetrap.

O Conselheiro Sebastião Caixeta apresentou, no dia 9 de fevereiro, uma proposição que visa a alterar a Resolução CNMP nº 197/2019, que instituiu o Conatetrap, durante a 1ª Sessão Ordinária de 2021 do Plenário. Dentre outras providências, a proposta altera o nome do comitê, adequando ao nome jurídico previsto legalmente e o vincula à Presidência do CNMP, que fica responsável pelo apoio técnico, administrativo e financeiro necessário ao funcionamento do referido comitê, a exemplo do que já acontece com outros órgãos semelhantes.



3.5 Apresentação do Mapeamento das sentenças penais e

civis relativas ao trabalho análogo à escravidão na Justiça

Federal e na Justiça do Trabalho.

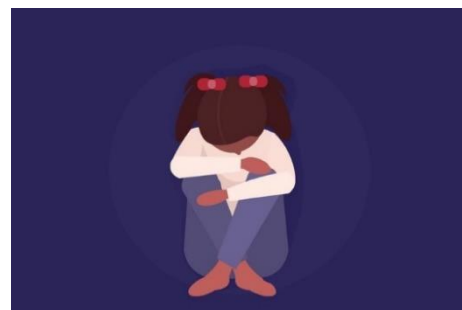
Durante a 2ª reunião ordinária de 2021, que aconteceu no dia 14 de abril, foram apresentados os resultados da [pesquisa realizada pela Clínica de Trabalho Escravo e Tráfico de Pessoas](#)

da Faculdade de Direito da UFMG, juntamente com o Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública (CRISP). Originada a partir de parceria entre o Ministério da Mulher, Família e dos Direitos Humanos (MMFDH) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), a iniciativa teve como objetivo mapear as sentenças penais e trabalhistas relativas ao trabalho análogo à escravidão na Justiça Federal e na Justiça do Trabalho, envolvendo todos os estados brasileiros, nos últimos 11 anos.

3.6 Dia Nacional de Combate ao Abuso e Exploração Sexual

de Crianças e Adolescentes.

CNMP divulgou notícia e campanha nas redes sociais com enfoque em como reconhecer e denunciar essas situações de vulnerabilidade de crianças e adolescentes. A campanha foi realizada em parceria pelo CONATETRAP e a Comissão da Infância,



Juventude e Educação (CIJE). Em uma de suas falas, o Conselheiro Caixeta ressaltou que o debate sobre a erradicação da exploração sexual de crianças e adolescentes é de grande importância, pois “revela problema social grave e configura uma das piores formas de trabalho infantil, que traumatiza as vítimas e as coloca em um ciclo de pobreza de difícil superação.”

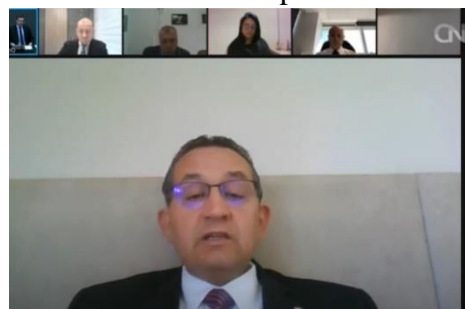


3.7 Debate sobre atualizações feitas ao Pacto Federativo para Erradicação ao Trabalho Escravo. Em reunião do dia 11 de junho, o comitê aprovou proposta de acompanhamento de processos e procedimentos de casos emblemáticos que versam sobre a utilização de trabalho escravo e o tráfico de pessoas.

3.8 Dia Mundial do Refugiado. Em campanha no sítio do CNMP e nas redes sociais, o Conatetrap lembra a importância e o significado da data criada pela Assembleia-Geral das Nações Unidas em 2000. Segundo o conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e presidente da Conatetrap, Sebastião Caixeta: "É de fundamental importância lembrar do Dia do Refugiado e, com ele, todos os direitos que esse tipo especial de migrante tem, uma vez que foi levado a deixar seu país de origem após graves violações a seus direitos fundamentais. No contexto atual, com a pandemia da Covid-19, a preocupação com saúde, educação e segurança dessas pessoas se intensifica".

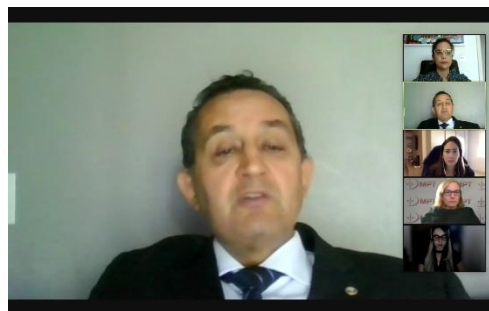


3.9 Curso "Tráfico de pessoas: atuação em rede". Com o projeto básico aprovado em reunião ordinária do Conatetrap ainda em 2020, o curso, que é um desdobramento do Plano de Trabalho do Conatetrap para 2021, procurou criar um espaço de debate sobre a atuação ministerial no enfrentamento ao tráfico de pessoas expondo as possibilidades e a importância da atuação em rede, desde a fase do recebimento dos fatos e denúncias, passando pela operação interinstitucional até o acompanhamento do pós-resgate. Voltado para membros e servidores do MP, a capacitação foi desenvolvida em parceria com a ESMPU e ministrado via plataforma digital de aprendizagem. [Na abertura, dia 7 de julho](#), Caixeta disse ter "certeza de que este curso será muito importante para fortalecer a luta e o combate ao tráfico de pessoas, que ainda é infelizmente um problema nacional e mundial que exige esforço muito grande do Ministério Público brasileiro".





3.10 “Liberdade no Ar”. O Projeto, realizado pelo MPT, exibiu, em julho, [uma web série](#) com treze episódios sobre tráfico de pessoas. A pesquisadora, professora, escritora e promotora de justiça Ana Lara Camargo de Castro, membra do Conatetrap, falou no [episódio do dia 7 de julho](#), acerca da exploração laboral que sofrem mulheres que trabalham na indústria do sexo, principalmente no setor pornográfico. Já no [episódio de 15 de julho](#), o presidente do Conatetrap, Conselheiro Sebastião Caixeta,



3.11 Dia Mundial de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas. O Conatetrap participou de ações alusivas à data com reportagens publicadas no sítio do CNMP e com a replicação de campanhas em redes sociais de unidades e ramos representados no Comitê, em parceria com a Secretaria de Comunicação Social do CNMP e com as áreas de comunicação dos MPs.

3.12 Lançamento de livro sobre enfrentamento do tráfico de pessoas. No dia 30 de julho, o MPT lançou o livro [“Tráfico de Pessoas – Uma Visão Plural do Tema”](#), em formato digital. A promotora de Justiça Ana Lara Camargo de Castro e os procuradores do trabalho Lys Sobral Cardoso e Italvar Felipe de Paiva Medina, todos membros do Conatetrap, são os autores, respectivamente, dos artigos “Medo, tabu e sexo” e “Trabalho Escravo na Zona Rural e Tráfico de Pessoas: conexões e atuação do MPT”, que compõe a obra. Para marcar o lançamento do livro, o MPT também produziu um [podcast](#) especial que aborda a temática sob vários aspectos.





3.13 Observatório do Trabalho Decente. A atuação do Conatetrap junto à Secretaria do Trabalho, até então vinculada ao Ministério da Economia, contribuiu para que o MPT recebesse informações que alimentam o sistema do [Observatório do Trabalho Decente](#)

nos Municípios Brasileiros e do [Observatório da Erradicação do Trabalho Escravo e do Tráfico de Pessoas](#). Esses dois bancos de dados têm o MPT como um dos organizadores e são apoiados pelo CNMP. O envio de informações ao MPT estava suspenso desde 2018. Além de Ofício dirigido àquele órgão do poder executivo, foi realizada no dia 17 de agosto, reunião virtual com representantes da Coordenação de Gestão de Benefícios do atual Ministério do Trabalho e Previdência, responsável pelo envio dos dados.

3.14 Tabelas Unificadas. A pedido do Conatetrap, foi aprovada alteração nos anexos das Tabelas Unificadas do Ministério Público, que passará a valer a partir de 2022. Como resultado, os dados sobre processos e procedimento que tenham como tema “trabalho escravo” e “tráfico de pessoas” poderão ser melhor conhecidos. Assim, será possível um acompanhamento mais eficiente e específico dos números de inquéritos e ações civis públicas relacionados a cada uma das duas temáticas.



3.15 Resolução nº 238/2021. Após aprovada no plenário do CNMP, foi publicada em 16 de setembro a [Resolução nº 238/2021](#), que altera a [Resolução CNMP nº 197/2010](#), para modificar sua ementa, vincular o Comitê Nacional do Ministério Público de Combate ao Trabalho em Condição Análoga à de Escravo e ao Tráfico de Pessoas (Conatetrap)

à Presidência do CNMP, corrigir erro material no inciso III do artigo 3º e definir o local de funcionamento provisório do comitê até que a Presidência do CNMP disponibilize a estrutura definitiva.

